

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência,  
Deputado Alexandre Quintanilha

**Assunto: Requerimento para audição na Comissão de Educação e Ciência do CRUP, do CCISP e da FENPROF**

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que os representantes da Universidade de Aveiro na Comissão de Avaliação Bipartida da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (CAB-CTES) consideraram que cerca de 300 docentes, trabalhadores não docentes e investigadores daquela universidade não correspondiam a necessidades permanentes da instituição, isto é, a quase totalidade dos casos presentes à comissão estariam a trabalhar há muitos anos sem constituírem necessidades permanentes.

Esta posição dos representantes da Universidade de Aveiro na CAB-CTES é fortemente contestada pelos visados já que, alegadamente, e regra geral, há muitos anos lá trabalham e constituirão necessidades permanentes da instituição. Estão totalmente inconformados com tal parecer e conscientes que a ser concretizado tal poderá significar o seu despedimento a curto prazo pelo que organizaram um protesto junto da reitoria da Universidade de Aveiro.

O Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) serve para regularizar situações de abuso da administração na utilização de trabalho precário. O sucesso no combate à precariedade no Ensino Superior e na Ciência depende da vontade governativa, do papel da Assembleia da República e da ação dos dirigentes de cada uma das instituições do ensino superior. Sendo este um objetivo partilhado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, não compreendemos a posição tomadas pelos representantes da Universidade de Aveiro na Comissão de Avaliação Bipartida da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (CAB-CTES), nem encontramos, até agora, nenhuma justificação válida. A forma como a Universidade de Aveiro está a tratar a maioria dos trabalhadores que pretende regularizar os seus vínculos laborais através deste processo é, a confirmar-se, um desrespeito à lei e aos próprios trabalhadores em causa.

Nesse sentido, ao abrigo do regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a presença do CRUP, do CCSISP e da FENPROF.

Assembleia da República, 15 de fevereiro de 2018.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua

Luís Monteiro